

**XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU**

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

**DESAFIOS DO FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS****ANTONIO DE MACEDO MOTA JUNIOR**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

[antoniomacedojr@gmail.com](mailto:antoniomacedojr@gmail.com)**RESUMO**

O presente trabalho aborda o tema da política de financiamento da educação superior no Estado da Bahia, no que diz respeito às Universidades Estaduais Baianas (UEBAs), em especial à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Este trabalho apresenta resultados preliminares de estudos exploratórios, bibliográficos e documentais, com o objetivo de investigar como se caracterizou a política de financiamento da UEFS, no período de 2005 a 2014, diante de um quadro de dificuldades e limitações orçamentário-financeiras. Este estudo realiza uma análise descritiva da situação orçamentário-financeira e procura descrever os desafios e obstáculos enfrentados por essa instituição. Os resultados evidenciam um cenário desafiador para as UEBAs, em relação ao financiamento, oferta e expansão de educação superior no Estado da Bahia, marcado pelo nível de concentração orçamentária das despesas de pessoal e encargos; reduções orçamentárias na cota inicial para custeio e investimentos em relação aos exercícios anteriores; além de interferências na autonomia administrativa e na gestão financeira da universidade. O estudo ainda propõe reflexões sobre possíveis caminhos e ações propositivas para o financiamento, fortalecimento e sustentabilidade financeira das UEBAs.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Financiamento Público. Universidades Estaduais Baianas.

## 1. INTRODUÇÃO

Uma universidade tem relevância, não só como agente de desenvolvimento da região na qual está inserida, como também por ser um órgão responsável pela execução da política pública de educação superior. Além disso, este tipo de instituição possibilita a formação de profissionais cidadãos, tem foco no desenvolvimento científico-tecnológico e produz ações de intervenção e de interação com a sociedade.

O Estado da Bahia tem quatro universidades que compõem o sistema estadual de educação, a saber: a primeira, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) criada em 1970; a segunda, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em 1980; a terceira, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 1983; e a última, a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), criada somente em 1993.

As universidades estaduais baianas (UEBAs) têm como missão institucional o desenvolvimento do ensino, a pesquisa e a extensão, bem como “a interiorização da educação superior”, possibilitando a “formação de profissionais do ensino e a qualificação de recursos para os setores produtivos”, constituindo-se em instrumentos de “desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões interioranas” (BOAVENTURA, 2009, p. 21).

Neste sentido, as UEBAs têm seu papel estratégico para o desenvolvimento regional e local, principalmente pela ampliação do acesso à educação superior pública no interior baiano. O crescimento significativo dessas instituições desde a sua criação, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, resultou do fato da ausência histórica na oferta de educação superior no Estado da Bahia pela União, restrita a presença da Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizada exclusivamente na capital até o início do século XXI.

Deste modo, coube ao governo estadual assumir o encargo do financiamento necessário à oferta de ensino superior em patamar menos restritivo ao oferecido pela União, via UFBA, respondendo exclusivamente pela manutenção das UEBAs. Em outras palavras, o Estado da Bahia “assume a responsabilidade pelo ensino superior, ministrado pelas instituições estaduais do ensino superior, mantidas integralmente” por ele, como determina a constituição estadual (FIALHO, 2012, p. 86).

Não obstante, o Estado da Bahia ainda assume a responsabilidade pelo fomento à pesquisa e à inovação, financiando, surpreendentemente, em montante representativo, não somente às UEBAs (alijadas das linhas de financiamento federal), como também às universidades federais. O que se constitui em equivocada prática de financiamento reverso (o Estado financiando a União), inadvertidamente considerado como prática “normal” no âmbito do Estado da Bahia.

Desta forma, para o financiamento público das UEBAs é definida uma cota orçamentária com base em um percentual da Receita de Imposto Líquida (RIL), que nos últimos anos tem sido em torno de 4,9% (quatro vírgula nove por cento). A RIL é definida pelo artigo 212 da Constituição Federal de 1988 (CF88), onde está posto que os Estados devam aplicar, no mínimo, um percentual de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos (provenientes de transferências), deduzindo-se as transferências de recursos da União para os Estados.

Esse percentual aplicado para as UEBAs vem sendo bastante questionado pelas administrações das universidades, pelos movimentos sindicais de docentes e de técnicos e pelos estudantes, como insuficiente para atender as demandas administrativas e acadêmicas dessas instituições. Atualmente, o que se tem pleiteado é um percentual de, no mínimo, 7% da RLI para as UEBAs, “com revisão desse valor a cada dois anos e orçamento nunca inferior aos executados nos anos anteriores” (DÓREA, 2012).

Além disso, as UEBAs têm enfrentado algumas limitações financeiras, em consequência de determinações de Decretos Estaduais, que limitam os gastos públicos,

afetando diretamente a autonomia administrativa dessas instituições, impedindo o cumprimento de seus objetivos institucionais ou diminuindo a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Sendo assim, o presente estudo procura descrever os desafios e obstáculos enfrentados pelas UEFS, no que diz respeito ao seu financiamento, diante de um cenário de dificuldades e limitações financeiras; e levantar reflexões sobre possíveis caminhos e ações propositivas para o financiamento, fortalecimento e sustentabilidade financeira das UEBAs. Desta forma, esta pesquisa exploratória e descritiva analisa a situação orçamentário-financeira da UEFS, no período de 2005 a 2014, com o objetivo de investigar como se caracterizou a política de financiamento desta Instituição, sua inserção no contexto das UEBAs e relevância na execução da política pública na área de educação superior no Estado da Bahia.

## **2. ORIGEM E EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

No Brasil, a história mostra que a inserção das universidades ocorreu de forma tardia, sendo extremamente recente mesmo se comparada com países latino-americanos. As atividades nesse campo no Brasil somente foram iniciadas em 1920, enquanto que países como a Argentina (1613), o Chile (1842) e o Uruguai (1849), iniciaram relativamente cedo (FOLETTTO; TAVARES, 2013).

Na América Latina, a Espanha diferentemente de Portugal, instalou em suas colônias americanas as universidades já no século XVI. Este último, tanto “desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil”. A intenção era “impedir que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas”. Ao invés disso, Portugal “concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra”, bem como “permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia” (CUNHA, 2010, p. 152).

Por outro lado, o ensino superior no Brasil se iniciou com os jesuítas, em 1550, na Bahia (sede do governo geral). Foram 17 colégios criados pelos jesuítas no Brasil e que não tinha como finalidade exclusiva a de formar sacerdotes. Esses colégios ofereciam o ensino das primeiras letras, o ensino secundário e, em alguns, o ensino superior em Artes e Teologia (CUNHA, 2010).

Com a atribuição ao Brasil do *status* de Reino Unido a Portugal e Algarve e chegada da família real, no ano de 1888, o ensino superior herdado pela colônia necessitava mudar, ou seja, elevar o nível cultural, sendo fundado o novo ensino superior. O Governo do Príncipe Regente não criou universidades e sim “cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais”, a saber: “de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de Engenharia, embutidas na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois” (CUNHA, 2010, p. 153).

Uma importante contribuição para a educação superior no Brasil aconteceu no Governo de Dom Pedro I quando foram fundados os cursos jurídicos (1827). Entretanto, a principal evolução aconteceu no reinado de Dom Pedro II. Durante o seu governo foram criadas: a Escola de Minas de Ouro Preto (1875); a Escola de Belas Artes da Bahia (1880); e a Escola Politécnica da Bahia (1887). Com a proclamação da república (1889), o Brasil já possuía escolas financiadas pelo governo: de Direito (São Paulo e Olinda); de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro); e de Minas e Farmácia (Ouro Preto) (LOUREIRO, 1986; CUNHA, 2010).

O atraso na criação de universidades no Brasil pós-império foi muito influenciado pelas ideias positivistas do grupo de oficiais que proclamou a República. Os líderes políticos

da Primeira República (1889-1930) consideravam a universidade, por ser uma “instituição medieval e adaptada às necessidades do Velho Continente”, como “ultrapassada e anacrônica para as necessidades do Novo Mundo”. Em consequência disso, esses líderes eram “francamente favoráveis à criação de cursos laicos de orientação técnica profissionalizante” (OLIVEN, 2002, p. 33).

Essa afirmação de resistência à criação de universidades é confirmada por Teixeira (1968), caracterizando como “paradoxal essa resistência do Brasil à criação da universidade”. Não houve universidade no período colonial, nem no período da República, que “continuou a tradição de resistência”. Segundo este mesmo autor, “estimulavam-se, entretanto, escolas agrícolas, liceus de Artes e Ofícios e, depois da República, o ensino técnico-profissional” (TEIXEIRA, 1968).

Em 1920 foi criada a primeira universidade brasileira, em data que se aproximava das comemorações do Centenário da Independência (1922). A Universidade do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto nº 14.343/1920, era formada por faculdades profissionais pré-existentes, que tinham autonomia e conservavam a orientação profissional dos seus cursos. Ela era elitista e “mais voltada ao ensino do que à pesquisa” (OLIVEN, 2002, p. 33).

De acordo com Barbosa, Costa e Costa (2013, p. 112), “a partir de 1940, romperam-se as barreiras e a expansão do ensino superior se deu de maneira inesperada”. O que é confirmado por Oliven (2002), quando cita que 22 universidades federais foram criadas na Nova República. O que se constituiu no sistema de universidades públicas federais, ou seja, uma universidade pública federal em cada unidade da federação (em suas respectivas capitais).

Considerando o inequívoco atraso na oferta de ensino superior pela União, multiplicou-se no Brasil iniciativas de diversos Estados e Municípios com a criação de universidades. As universidades estaduais e municipais do país são instituições de relevância para o desenvolvimento da educação superior no Brasil. Destaca-se o sistema estadual paulista, o maior e o de melhor qualidade nacional, que se constitui por três grandes universidades: a Universidade de São Paulo (USP); a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (SCHWARTZMAN, 2002).

A importância de Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais e municipais no Brasil pode ser observada pelos dados do Censo da Educação Superior do ano de 2013 (CES 2013). Das 2.391 IES contabilizadas (Tabela 1): 106 são IES federais (35%), 119 estaduais (40%) e 76 municipais (25%). Portanto, as IES estaduais e municipais representam 65% das IES públicas no Brasil.

Tabela 1 – Número de IES no Brasil por categoria administrativa em 2013

Categoria Administrativa			
Pública			Privada
Federal	Estadual	Municipal	
106	119	76	2.090

Fonte: INEP/CES, 2013.

Ainda de acordo com o CES 2013 (Tabela 2), o número total de cursos de graduação das IES públicas é de 10.850 cursos, sendo 5.968 instituições da rede federal (55%), 3.656 da rede estadual (34%) e 1.226 da rede municipal (11%). O número de matrículas em cursos de graduação, do total de 1.932.527 matrículas da rede pública; 1.137.851 matrículas são de instituições federais (59%), 604.517 matrículas são de instituições estaduais (31%) e 190.159 matrículas de instituições municipais (10%). Na pós-graduação *stricto sensu*, do total de 172.026 matrículas da rede pública; 115.001 matrículas são de instituições federais (67%),

56.094 matrículas são de instituições estaduais (33%) e 931 matrículas de instituições municipais (1%).

Tabela 2 – Número de matrículas em cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* das IES públicas no Brasil por categoria administrativa em 2013

Categoria Administrativa	Número de Matrículas em Cursos	
	Graduação	Pós-Graduação
Federal	1.137.851	115.001
Estadual	604.517	56.094
Municipal	190.159	931
<b>TOTAL</b>	<b>1.932.527</b>	<b>172.026</b>

Fonte: INEP/CES, 2013.

A importância social das IES estaduais e também municipais é dada não somente pelo montante de recursos aplicados na educação superior, mas, principalmente, pela interiorização da oferta pública de educação superior no país. É sabido que “a grande maioria dessas instituições encontra-se sediada em municípios-polo de desenvolvimento e estende suas ações a toda a região circunvizinha”, em contraposição, as universidades federais que, predominantemente, atuam nas capitais brasileiras, como também as IES privadas que se concentram nas regiões Sul e Sudeste (ABRUEM, 2013, p. 10-11).

Em outras palavras, é o que a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) denomina de “interiorização do conhecimento, em praticamente todo o território nacional”. Essa entidade criada em 1991, que congrega 40 universidades públicas estaduais e municipais de 22 estados brasileiros, visa à integração, à valorização e à defesa de interesses comuns dessas instituições, por meio de ações conjuntas (ABRUEM, 2013, p. 11).

As UEBAs (que também fazem parte da ABRUEM) são as responsáveis pela manutenção e ampliação da oferta de ensino superior e de formação de docentes do ensino básico no interior do Estado e, por um bom tempo, atuaram sozinhas sem a participação do governo federal. O que é confirmado por Fialho (2011, p. 87), denominando de “exemplo antológico”, quando afirma que na Bahia “foram cerca de 60 anos com uma única universidade federal (de 1946, com a UFBA, a 2002 e 2005, com a criação da UNIVASF e UFRB, respectivamente)”, enquanto que em outros estados o acesso à educação superior foi ampliado “por via do sistema federal”.

Com efeito, Barbosa (2013, p. 25) enfatiza a dimensão econômica da importância das UEBAs para o Estado da Bahia, quando este afirma que “já é possível encontrar em várias regiões do Estado especialidades profissionais que antes só se encontrava em Salvador”. Segundo esse autor, a partir da interiorização da oferta de ensino superior, quebrando a hegemonia da UFBA, alterou-se “a configuração da divisão territorial do trabalho e contribuiu com o novo padrão de acumulação capitalista, dispersando a atividade econômica no território”.

### 3. FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

As políticas públicas têm como finalidade direcionar a ação dos governos para áreas específicas e, acima de tudo, buscar soluções para os problemas enfrentados pela sociedade. Elas são consideradas a soma das ações, das metas e dos planos traçados pelos governos (da União, dos Estados e dos Municípios) para alcance “do bem-estar da sociedade e o interesse público”. Das diversas áreas de atuação dos governos para atendimento das necessidades da

população estão à educação, à saúde, à segurança e à previdência social (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008, p. 5).

Vale ressaltar que a educação, como uma área de atuação das ações e planos do governo, é um direito social e um dever do Estado, assegurados pela CF88. Segundo determina a Carta Magna, no inciso V do artigo 23, proporcionar os meios de acesso à educação, bem como à cultura e à ciência, é de competência comum da União, Estados e Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1988).

Inserido no contexto de países de economia emergente, o Brasil tem como fonte de financiamento para as áreas de atuação das políticas públicas, as receitas tributárias, ou seja, impostos, taxas e contribuições. Na perspectiva de direito social, a educação acaba concorrendo com as demais áreas de atuação “pela canalização dos recursos” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 1).

No parágrafo 1º do artigo 211 da CF88, encontra-se a determinação de que a União deverá organizar o sistema federal de ensino, financiar as instituições de ensino públicas federais, bem como de exercer função redistributiva e supletiva, por meio de assistência técnica e financeira, para a garantia da equalização de oportunidades e de padrão mínimo de qualidade do ensino. Já no artigo 212, é definida a regra de financiamento público da educação no Brasil, com a determinação de que a União aplique um percentual nunca inferior a 18% (dezoito por cento), e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios um percentual de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da “receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1988).

Infelizmente, na CF88 não há uma definição de percentual a ser aplicado no ensino superior. Além disso, de acordo com Fialho (2011, p. 2), “não há menção às universidades estaduais” e nem municipais. O que se apresenta como um “profundo hiato na estrutura da educação superior no Brasil” deixado pela CF88 (FIALHO, 2012, p. 83).

Neste contexto adverso, as universidades estaduais no Brasil adotam formas variadas e instáveis para assegurar sua sobrevivência. Na maioria dos casos, as dotações orçamentárias que são reservadas para essas universidades públicas, de forma geral, derivam de percentual de rendimentos de impostos arrecadados, que podem ser adequado em alguns casos, insuficientes em outros, como também não respeitados em alguns Estados. Apesar disso, não se pode desprezar a participação dos Estados no financiamento da educação superior pública no país (FIALHO, 2011).

No que diz respeito às fontes de financiamento e a aplicação de percentuais mínimos de recursos dedicados, “os entes federativos parecem não equacionar adequadamente o volume de recursos canalizados para a educação às demandas por oferta de ensino e qualidade na educação pública”, ou seja, os resultados no desempenho estão “ancorados na capacidade de arrecadação tributária dos entes federados” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 9).

O apoio público na educação superior é fundamental. E esta afirmação estava presente no Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), aprovado pela Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, quando este, no capítulo das diretrizes para educação superior, afirma que “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior”.

Contribuindo ainda para esta afirmativa, Chauí (2003) lembra que para entender a universidade pública por uma nova perspectiva, é preciso começar a exigir, acima de tudo, que o governo não veja a educação pelo aspecto do gasto público e, sim, como um investimento social e político, ou seja, segundo a autora, isso será possível somente quando esta mesma educação, for considerada realmente um direito e não um privilégio ou serviço.

Ainda conforme Chauí (2003), as ideias que nortearam as reformas do Estado, definiram setores que o compõem, designando como setores de serviços não exclusivos ao Estado, incluindo nesses casos, a educação, a saúde e a cultura. Sendo assim, o apoio a

instituições públicas, como a universidade, torna-se decisivo para efetivação da política pública, que busca soluções aos problemas educacionais da sociedade.

Por outro lado, o cenário demonstra um baixo nível de priorização nas políticas públicas de educação superior. Neste sentido, o motivo pelo qual a universidade pública perdeu a prioridade foi resultante, principalmente, pela “perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal”, imposto internacionalmente a partir dos anos 80 (SANTOS, 2005, p. 18).

Essa perda de prioridade, no caso das instituições federais de ensino superior (IFES), principalmente nas universidades federais, faz com que estas, diversifiquem as formas de captação de recursos próprios para a complementação das verbas aportadas pelo governo federal. A prestação de serviços diversos, a exemplo de assessorias, realização de concursos públicos e oferta de cursos de especialização, são algumas das formas (VELLOSO, 2005).

Ainda assim, esse cenário demonstra, também, uma indefinição sobre as regras de financiamento, desde a origem das IFES no Brasil, pois “não houve a vinculação de patrimônio, nem a constituição de fundos que garantissem a continuidade de recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento das instituições”. Portanto, a determinação sobre a obrigatoriedade do financiamento público para as IFES “ficou estabelecida em instrumentos legais da época, sem, entretanto, definir-se concretamente como seria o cumprimento dessa norma legal” (AMARAL, 2008, p. 649).

As reformas e os rumos do financiamento da educação superior têm estado em primeiro lugar na ordem das políticas públicas de países pelo mundo. No Reino Unido, as reformas já foram implementadas e encontram-se em vias de revisão. E em muitos países da América Latina, as reformas em relação ao financiamento da educação superior encontram-se em andamento (VELLOSO, 2000).

Conforme compreende Velloso (2000, p. 48), as formas de financiamento com destinação de recursos públicos para as IES, se dividem em duas categorias: “financiamento básico (*core funding*) e suplementar”. Ainda segundo esse autor, a mais relevante é a primeira categoria, por se subdividir “em quatro modelos: incremental ou inercial, fórmulas, contratos de gestão e subsídios a alunos”.

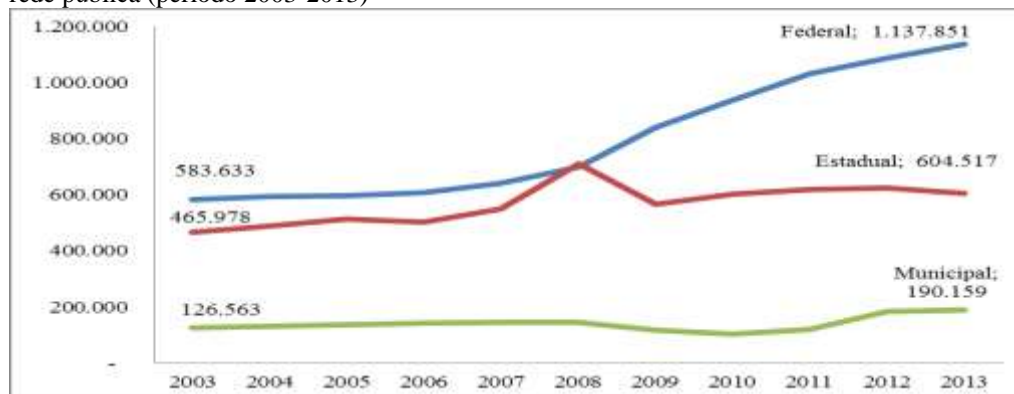
O governo federal investiu nas universidades federais, que tiveram um expressivo crescimento e expansão nos últimos anos. Segundo dados do CES 2013, sobre a evolução no número de matrículas em cursos de graduação (presencial e a distância) na rede pública no período de 2003 a 2013 (gráfico 1), as matrículas nas IES federais saíram de 583.633 para 1.137.851, um crescimento de 94,96%. Já nas IES estaduais, o número de matrículas cresceu apenas 29,73%, saindo de 465.978 para 604.517. O número de ingressantes nas IES federais cresceu 112,05% e IES estaduais somente 11,31%.

A evolução acentuada nos dados das IES federais nesse período, principalmente a partir de 2007, se deu pela necessidade do governo de expandir a educação superior no Brasil. A justificativa era a meta da oferta de vagas no ensino superior contida no PNE 2001-2010, que estabelecia um aumento de 30% para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final do plano. Assim, o governo federal adotou uma série de medidas para obter esse crescimento e uma delas, foi à criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Sendo assim, o governo financiou as universidades federais que aderiram ao programa, para a sua expansão e reestruturação. Ainda segundo o Relatório de Primeiro Ano do REUNI (MEC/SESU/DIFES, 2009), as instituições que submeteram suas propostas ao programa, com ênfase na interiorização em conjunto com a oferta de cursos de formação de professores, ampliaram vagas nos cursos existentes e inovaram com novos formatos de cursos

de graduação. Isso representou mudanças fundamentais no panorama do ensino superior no Brasil. Entretanto, nenhuma medida foi tomada para as IES estaduais e nem as municipais.

Gráfico 1 – Evolução do número de matrículas em cursos de graduação (presencial e a distância) na rede pública (período 2003-2013)



Fonte: INEP/CES, 2013.

Desta forma, a ausência de financiamento direto da União e situações desafiadoras enfrentadas por universidades estaduais de todo o país, caracterizadas por Fialho (2011, p. 17) como sendo “de grande complexidade: situações que parecem silenciadas, não fossem os efeitos que produzem, os quais nos permitem, ao menos, localizar alguns dos seus mais graves impactos”. A autora ainda afirma que é possível “vislumbrar caminhos” e cita o regime de colaboração, definido na CF88, como “item prioritário na ordem do dia para a construção do sistema nacional de educação e o fortalecimento da comunidade acadêmica e científica do Brasil, com participação plena das universidades estaduais” (FIALHO, 2011, p. 17).

Para tanto, segundo o PNE atual (2014-2024), o sistema nacional de educação deverá ser instituído até o ano de 2016. O atual plano, aprovado pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, determina (artigo 13) que o sistema nacional de educação deverá ser instituído pelo poder público, em até dois anos contados a partir da publicação dessa Lei. O sistema será “responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias” previstas no PNE (BRASIL, 2014).

#### 4. FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

No Estado da Bahia, o modelo predominante de financiamento é o incremental, combinado com negociações entre as universidades e o governo estadual. Mesmo com a tentativa de subvincular para as UEBA's, com uma parcela da RIL, estilo de financiamento facilita o controle burocrático, pois as negociações podem ser feitas de forma isolada, ou seja, com cada universidade ao seu tempo (BARBOSA, 2013).

Vale ressaltar que o financiamento incremental ou inercial, os recursos são alocados em função do orçado “do ano anterior de cada instituição, geralmente mediante negociações entre universidades e governo, sendo as decisões baseadas em critérios *ad hoc* que variam segundo o cenário econômico e político” (VELLOSO, 2000, p. 49).

A alocação de recursos para o financiamento das UEBA's “segue um procedimento extremamente burocrático”. Desta forma, a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN-BA) “realiza estimativas de receita e define os tetos orçamentários das setoriais, neste caso, da Secretaria de Educação”. Esta Secretaria, então, “define as cotas orçamentárias para as universidades estaduais, em conformidade com a distribuição relativa estabelecida pelo Fórum dos Reitores” (BARBOSA, 2013, p. 70-71).



Atualmente, o rateio da cota orçamentária definida para cada universidade, em acordo com o Fórum de Reitores das UEBAs desde o ano de 2009, está caracterizado pelos seguintes percentuais: UNEB, 39% (trinta e nove por cento); UESB 21% (vinte e um por cento); UEFS 22% (vinte e dois por cento); e UESC 18% (dezoito por cento). Este rateio foi definido, utilizando-se critérios estabelecidos em variáveis (ensino, pesquisa, extensão, quadro de pessoal, entre outros) ou estimativas, que não foram amplamente divulgados; o que o torna bastante questionável.

O aporte de recursos do governo federal para as UEBAs se dá somente, por meio de concessão de recursos de convênios, em caso de aprovação de projetos dessas instituições, em editais e programas de financiamento das agências oficiais de fomento à pós-graduação, à pesquisa e à inovação, em concorrência com outras diversas IES do país. Cabe lembrar, que a grande maioria desses recursos é para aporte em demandas de investimentos. Outra forma de aporte financeiro se dá por meio das emendas parlamentares do Congresso Nacional.

Destaca-se nesse contexto, a falta de reciprocidade pelo governo federal, uma vez que impede substancialmente o acesso das universidades estaduais às linhas de financiamento a pesquisa e extensão, promovidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quando, em sentido contrário, as IFES têm acesso privilegiado as instâncias estaduais de fomento.

Por outro lado, a Constituição Estadual da Bahia de 1989 (CE89) apresenta uma limitação normativa para o financiamento federal das UEBAs, quando traz no artigo 262 que “o Estado da Bahia assume a responsabilidade pelo ensino superior, ministrado pelas instituições estaduais do ensino superior, mantidas integralmente” por ele (FIALHO, 2012, p. 86). Ademais, o parágrafo 3º do artigo 265 da CE89 determina que, além da manutenção garantida pelo Estado, as IES baianas terão “assegurado o padrão de qualidade indispensável para o cumprimento de seu papel de agentes de ciência e tecnologia” (BAHIA, 1989).

Neste sentido, Fialho (2012, p. 87) faz a seguinte indagação, fazendo referência ao artigo 211 da CF88: “o Estado da Bahia declinou do direito de receber, em *matéria educacional* (educação superior), *recursos técnicos e financeiros* da União?” Com efeito, a CE89 traz uma barreira legal para o financiamento federal das UEBAs, que se agrava pela ausência, também, da definição na legislação estadual ou de vinculação normativa de recursos orçamentários, a exemplo das universidades estaduais paulistas.

No Estado de São Paulo, o poder executivo alterou “o mecanismo de elaboração dos orçamentos das Universidades Estaduais Paulistas”, quando passou a estabelecer, anualmente, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma vinculação orçamentária atrelada a arrecadação de recursos do ICMS (Imposto sobre as operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação). “Desde meados da década de 1990, esse repasse representa 9,57% da arrecadação de ICMS” do Estado de São Paulo (CRUZ; LUQUE; PROTTI, 2012, p. 12).

Ademais, o Estado da Bahia assume, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, criada pela Lei Estadual Nº 7.888, de 27 de agosto de 2001, a atribuição de “fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado”, bem como de participar da formulação da política estadual de pesquisa, ciência e tecnologia. Esta fundação incentiva projetos de pesquisa desenvolvidos em instituições públicas e privadas, que tem sede no Estado, por meio de apoio técnico e financeiro” (BAHIA, 2001).

Em consequência, segundo dados do Relatório de Atividades do ano de 2013 da FAPESB, a fundação disponibilizou um montante considerável de recursos oriundos do Tesouro Estadual (R\$ 84,3 milhões) para o fomento à pesquisa e à inovação para instituições de pesquisa do Estado, inclusive para as IES federais. Sendo que, do montante de recursos aprovados em editais de apoio a projetos lançados em 2013, 36,4% (trinta e seis vírgula quatro por cento) foram disponibilizados para as universidades federais e, apenas, 26,6%

(vinte e seis vírgula seis por cento) para as UEBA's. O que se configura como, além de financiamento reverso, uma prática, no mínimo, perversa com as universidades estaduais.

## 5. DESAFIOS NO FINANCIAMENTO PÚBLICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)

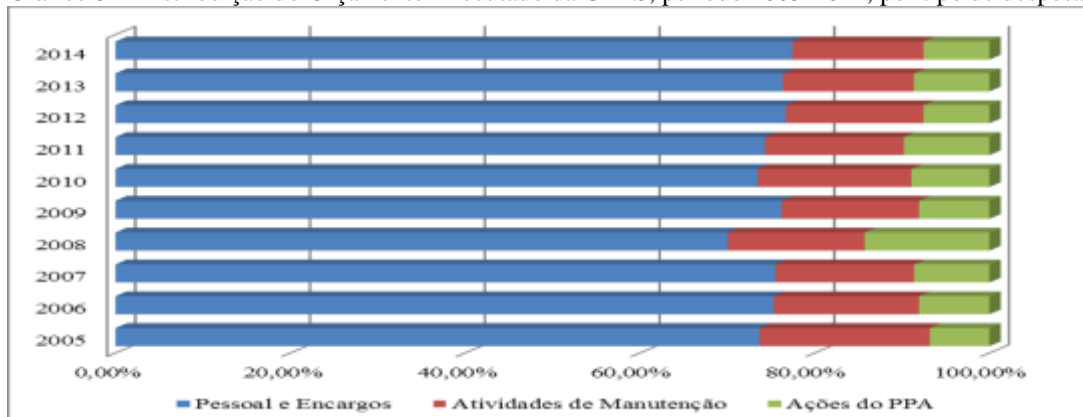
A UEFS nasceu “como resultado de uma estratégia governamental com o objetivo de interiorizar a educação superior, até então, circunscrita à capital, Salvador”. Inserida no território Portal do Sertão, esta autarquia foi reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874, de 19 de dezembro de 1986, com base no Parecer do Conselho Federal de Educação Nº 660/86 (UEFS, 2013, p. 16).

As justificativas para a criação da UEFS, estão estritamente ligadas à cidade de Feira de Santana, pois esta “era, como ainda é, o segundo polo de desenvolvimento do Estado; um dos maiores centros rodoviários do Nordeste do Brasil; o maior centro comercial e industrial do interior do Estado”. A cidade ainda tem “como área de influência 94 municípios, situados no vale do rio Paraguaçu com destaque para o seu afluente, o rio Jacuípe” (BOAVENTURA, 2009, p. 60).

A partir de estudos exploratórios dos orçamentos da UEFS (com recursos do Tesouro do Estado), utilizando-se a base de dados dos sistemas de informação gerencial do Estado (SICOF Gerencial e FIPLAN Gerencial), bem como as informações dos Relatórios Anuais de Atividades da instituição, foi possível verificar algumas limitações financeiras e dificuldades enfrentadas pela gestão da Instituição, no período de 2005 a 2014.

Uma dessas dificuldades seria o nível de grande concentração orçamentária das despesas de pessoal e encargos, em detrimento de outras despesas de custeio e de investimentos (Gráfico 3). Essa concentração representava, em 2013, um percentual que variava em torno de 76% (setenta e seis por cento), impondo dificuldades e limitações à sustentabilidade financeira da Instituição. Vale salientar que não estão contabilizados os gastos com as empresas terceirizadas (de locação de mão de obra), bem como outras despesas, como os auxílios transporte e alimentação (que compõem a folha de pagamento, mas são considerados como despesas da manutenção). Portanto, somando-se as despesas de pessoal e encargos com esses outros gastos, tem-se os gastos totais de pessoal. Assim, o percentual de concentração eleva-se para 85% (oitenta e cinco por cento), restando somente 15% (quinze por cento) do orçamento para o custeio e os investimentos da universidade.

Gráfico 3 – Distribuição do Orçamento Executado da UEFS, período 2005-2014, por tipo de despesa



Fonte: BAHIA/SEFAZ/SICOF Gerencial-FIPLAN Gerencial, 2015.

É possível fazer uma inferência dos gastos de pessoal da UEFS com as determinações da Lei Complementar Nº 101/2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essa lei trata no artigo 19, sobre a determinação de que a despesa total com pessoal para cada ente da federação (em cada ano de apuração) obedeça a limites propostos de percentuais de gastos da Receita Corrente Líquida – RCL, assim distribuídos: União – 50% (cinquenta por cento); Estados – 60% (sessenta por cento); Municípios – 60% (sessenta por cento).

Já o artigo 20 da LRF trata da repartição dos limites globais do artigo 19, sendo que para o Poder Executivo (na esfera estadual) o limite seria de 49%. No caso da Bahia, seria de 48,60% de “limite máximo”, por conta da determinação no parágrafo 4º do artigo 20 (que reduz o limite em 0,4% pela existência de Tribunal de Contas dos Municípios). Além disso, o parágrafo único do artigo 22 determina algumas vedações ao poder, caso a despesa total com pessoal exceda o limite de 95% (ou seja, o “limite prudencial” de 46,17% para o Poder Executivo no Estado da Bahia e 57,01% no consolidado de todos os poderes).

Por outro lado, o artigo 59 trata sobre a fiscalização do cumprimento das determinações presentes nessa lei. Desta forma, em seu parágrafo primeiro, a LRF determina aos Tribunais de Contas que alertem os Poderes, quando da constatação de que o montante da despesa total com pessoal (TDP) ultrapasse 90% do limite. Esse percentual é denominado pelos Tribunais de Contas de “limite de alerta” (43,74% para o poder executivo no Estado da Bahia e 54,00% no consolidado de todos os poderes).

Segundo o Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA), referente ao 3º quadrimestre de 2013, no seu Demonstrativo de Despesas com Pessoal do Poder Executivo e da Defensoria Pública, o TDP encontrava-se em 45,34%; ou seja, abaixo do limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) de 48,60% e do limite prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) de 46,17%; entretanto, encontrava-se acima do limite de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF), que é de 43,74%. No dado consolidado dos poderes, o percentual encontrava-se em 55% da RCL (BAHIA/SEFAZ-BA, 2015).

Por conseguinte, o Relatório de Acompanhamento da LRF (3º quadrimestre de 2013) do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) destacou o atingimento do limite de alerta pelos poderes executivo e judiciário, que “ultrapassaram o limite para alerta dos gastos com pessoal definidos pela LRF, bem como o ‘Consolidado’ de todos os poderes”. Nesse caso, coube ao Tribunal de Contas “emitir alerta aos chefes dos Poderes Executivo e Judiciário, em cumprimento ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF” (BAHIA/TCE-BA, 2013).

Portanto, levando-se em consideração as despesas empenhadas com pessoal e encargos (sem os gastos com locação de mão de obra e outras despesas da Manutenção) em relação ao orçamento total (Tesouro do Estado) da UEFS, nos exercícios de 2005 e 2014, encontra-se um percentual de 73,68% e 77,76% respectivamente (crescimento de 5,54%), ou seja, muito acima do limite de 60% do consolidado da esfera estadual e do esforço do poder executivo para se manter no limite prudencial (46,17%).

Dessa forma, esse cenário, que poderia ratificar um “descontrole orçamentário” da UEFS, evidencia, de outro modo, que a redução no volume de recursos para o custeio e investimentos fez crescer, proporcionalmente, o nível de representatividade dos gastos com pessoal no montante global do orçamento. Ademais, considerando-se o crescimento na oferta de ensino e nas atividades de pesquisa e extensão ocorrido naquele período, tem-se um quadro de precarização das atividades institucionais sinalizado, inequivocadamente, nessa instância de ensino superior.

Essa compreensão pode ser materializada nas reduções orçamentárias na cota inicial para custeio e investimentos (Gráfico 4) nos anos de: 2008 em relação a 2007 (redução de 11%); 2012 em relação a 2011 (redução de 15%); e 2014 em relação a 2013 (redução de 7%). Já o percentual de despesas de pessoal e encargos em relação ao total do orçamento inicial

variou de 74,49% em 2005 para 76,95% em 2014. Sobre o percentual de gastos totais de pessoal em relação à execução do orçamento, este se elevou de 82,84% em 2005 para 85,98% em 2014.

Gráfico 4 – Evolução dos Orçamentos Iniciais de Custeio e Investimentos da UEFS (Em reais)



Fonte: BAHIA/SEFAZ/SICOF Gerencial-FIPLAN Gerencial, 2015.

Dentre outras questões vivenciadas pelo pesquisador, ressaltam-se também os atrasos de repasses financeiros e de pagamento de despesas liquidadas, além do contingenciamento de cotas de concessão para empenho. Ademais, interferências na autonomia administrativa e na gestão financeira da universidade, por meio de determinações legais de Decretos Estaduais e de instrumentos normativos e operacionais de órgãos da Administração Direta. A exemplo do Decreto Estadual Nº 15.624/2014, que suspendia a execução de despesas públicas relativas a diversas atividades importantes para o cotidiano da UEFS. Neste sentido, estas questões também seriam consideradas situações desafiadoras enfrentadas por essa instituição.

## 6. REFLEXÕES SOBRE POSSÍVEIS CAMINHOS

O estudo também se propõe a levantar reflexões sobre possíveis caminhos e ações propositivas para o financiamento, fortalecimento e sustentabilidade financeiras das UEBA's. Um desses possíveis caminhos seria o estabelecimento anual na LDO do Estado da Bahia do percentual de recursos orçamentários vinculados a RIL (ou a outro parâmetro, como o ICMS) para essas universidades, como acontece no caso das Universidades Estaduais Paulistas.

Esse tipo de vinculação por meio da LDO pode ser considerado frágil do ponto de vista jurídico, quando comparado com a vinculação normativa da educação como um todo, principalmente pela necessidade de ser acrescida, anualmente, ao texto da LDO (CRUZ; LUQUE; PROTTI, 2012).

Por outro lado, não ter vinculação normativa alguma, faz com que o adequado financiamento das UEBA's esteja a mercê da boa vontade do gestor a frente da Secretaria de Educação do Estado, principalmente, em função da educação superior disputar com a educação básica os mesmos recursos destinados pelo Estado, para o atendimento das demandas da educação, determinada pela CF88.

Outra reflexão, seria que essa vinculação constasse na Constituição Estadual, por meio de emenda, garantindo um caráter normativo contundente do ponto de vista jurídico. Em contraposição, seria imenso esforço político dos atores das UEBA's junto aos deputados estaduais, para aprovação dessa emenda. Sendo assim, de acordo com Fialho (2012, p. 7), “basta rever a Constituição do Estado, especialmente o art. 262 e incisos correspondentes”.

Um caminho que já se encontra, em andamento, se dá em função das ações da ABRUEM, por meio das constantes gestões políticas junto aos poderes executivo e legislativo da União, sobre a discussão do financiamento das IES estaduais e municipais, acerca da

alocação de recursos para além daqueles alocados em projetos específicos, convênios e/ou emendas parlamentares (ABRUEM, 2013).

A ABRUEM, por meio de frente parlamentares, defende que o governo federal invista um percentual de 10% (dez por cento) por aluno/ano, do valor destinado às IES federais, para as IES estaduais e municipais, o que representaria um valor estimado de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada aluno matriculado por ano (ABRUEM, 2013).

Para Fialho (2011, p. 18), “não há como enfrentar a problemática vivenciada pelas universidades estaduais de todo o país sem colocar na mesa o sistema nacional de educação e o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios”. Neste sentido, caberia a União assumir a responsabilidade supletiva e redistributiva prevista na CF88 (artigo 211) para o equacionamento do financiamento das IES estaduais e municipais, por consequência das UEBAs.

Dessa forma, em sentido complementar, pode-se ainda encaminhar uma discussão política acerca da criação de um fundo constitucional para o financiamento público de ensino superior voltado, especialmente, às universidades estaduais e municipais e pautado na oferta de ensino e no nível de qualidade dos cursos. Seria uma espécie de fundo, denominado Fundes (Fundo Nacional de Universalização do Ensino Público Superior), que efetivasse a responsabilidade supletiva da União ou um novo arranjo no pacto federativo, flexibilizando aos entes federativos estaduais e municipais um aporte de recursos vinculados à educação e reconhecendo o esforço histórico desses entes, na garantia desse direito constitucional, por vezes negligenciado pela União.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando o papel estratégico das UEBAs para a interiorização da educação superior pública baiana, a pesquisa apresenta resultados preliminares de estudos exploratórios, que evidenciam um cenário desafiador, no que tange a política de financiamento, oferta e expansão dessas universidades no Estado da Bahia.

A partir desses resultados, este estudo descreve obstáculos e limitações financeiras enfrentadas pela UEFS, destacando-se: o nível de grande concentração orçamentária das despesas de pessoal e encargos; reduções orçamentárias na cota inicial para custeio e investimentos em relação ao exercício anterior; além de interferências na autonomia administrativa e na gestão financeira da universidade.

O estudo também levanta reflexões sobre possíveis caminhos e ações propositivas para o financiamento, fortalecimento e sustentabilidade financeiras das UEBAs, como o estabelecimento anual na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do percentual da RIL que seria aplicado para essas universidades, como acontece no caso das Universidades Estaduais Paulistas. Além disso, chama atenção acerca das constantes gestões políticas da ABRUEM, junto aos poderes executivo e legislativo, principalmente para que a União assuma a responsabilidade supletiva e redistributiva, prevista na CF88 (artigo 211), para o equacionamento do financiamento das IES estaduais e municipais no Brasil, consequentemente das UEBAs.

Desta forma, este estudo apresenta importantes considerações sobre os desafios do financiamento público das UEBAs, que contribuirão para facilitar a compreensão do papel dessas instituições, no contexto das políticas públicas do Estado da Bahia, como também para auxiliar na capacitação de profissionais das áreas orçamentário-financeiras e de gestores universitários. Almeja-se, assim, a disseminação de conhecimentos sobre as políticas de financiamento da educação superior e o desenvolvimento da gestão universitária, de modo a minimizar as dificuldades e limitações enfrentadas por essas instituições.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, N. C. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. *Avaliação*, Campinas, vol. 13, n. 3, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/03.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- ABRUEM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS. *Proposta de participação do governo federal no financiamento das universidades estaduais e municipais*. Brasília: ABRUEM, 2013. 19p.
- BAHIA (Estado). *Constituição Estadual (1989)*. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?id=73273>>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Decreto Estadual Nº 15.624, de 29 de outubro de 2014*. Bahia, 2014. Disponível em: <[http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/pdf\\_saf/Decreto\\_15624\\_2014.pdf](http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/pdf_saf/Decreto_15624_2014.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Lei Estadual Nº 7.888, de 27 de agosto de 2001*. Bahia, 2001. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85828/lei-7888-01>>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ-BA. *Relatório de Gestão Fiscal: exercício de 2013*. Disponível em: <[http://www.sefaz.ba.gov.br/pdf/lrf/quadrimestrais/pessoal/despesa\\_pessoal\\_dez\\_13.pdf](http://www.sefaz.ba.gov.br/pdf/lrf/quadrimestrais/pessoal/despesa_pessoal_dez_13.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Sistema FIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças: banco de dados do FIPLAN Gerencial*. Acesso em: 28 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Sistema SICOF – Sistema de Informações Contábeis e Financeiras: banco de dados do SICOF Gerencial*. Acesso em: 28 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE-BA. *Acompanhamento da LRF: exercício de 2013*. Disponível em: <[http://www.tce.ba.gov.br/images/relatorio\\_6583\\_2014.pdf](http://www.tce.ba.gov.br/images/relatorio_6583_2014.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- BARBOSA, C. *Financiamento Público das Universidades Estaduais Baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local*. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.cdi.uneb.br/pdfs/teses/2013/1109141328.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- BARBOSA, F. V.; COSTA, A. M.; COSTA, D. M. Financiamento Público e Expansão da Educação Superior Federal no Brasil: o REUNI e as Perspectivas para o REUNI 2. *Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106-127, jan. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/download/1983-4535.2013v6n1p106/23989>>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- BOAVENTURA, E. M. *A Construção da Universidade Baiana*. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/4r/pdf/boaventura-9788523208936.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000*. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação Superior – SESU. Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior – DIFES. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Brasília, DF: MEC/SESU/DIFES, 2009. 17 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=2069&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2069&Itemid)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

CHAUÍ, M. A Universidade Pública sob Nova Perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, set/dez 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

CONCEIÇÃO, S. H. O Financiamento da Educação Básica nos Estados da Bahia e Sergipe: Subsídios para Discussão sobre o Federalismo Brasileiro e o Desempenho Educacional. In: VII Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste. *Cadernos ANPAE*, Recife, 2012. v. 13. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo02\\_30/Sergio%20Henrique%20da%20Conceicao\\_int\\_GT2.pdf](http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo02_30/Sergio%20Henrique%20da%20Conceicao_int_GT2.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Perspectivas e Desafios do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) no contexto do Financiamento da Educação Básica. XXVII do Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. *Anais do XXVII do Simpósio Brasileiro da ANPAE*. Olinda, abr. 2015.

CRUZ, H. N. da; LUQUE, C. A.; PROTTI, A. T. Desafios do Financiamento das Universidades Estaduais Paulistas. *Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 01-20, Edição Especial 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2012v5n4p1/23677>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: *500 anos de Educação no Brasil*. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Greive Cynthia (Org.). 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DÓREA, A. Universidades Estaduais da Bahia paralisam atividades e realizam ato público. *Portal do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN*. Brasília, 21 nov. 2012. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5693>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

FIALHO, N. H. *Educação Superior no Brasil: universidades estaduais à deriva?* Publicações do Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação – GESTEC. Salvador: UNEB/GESTEC, 30 out. 2011. Disponível em: <<http://www.uneb.br/gestec/files/2011/10/Artigo-Educacao-Superior-no-Brasil-universidades-estaduais-a-deriva-30out201115.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Universidades Estaduais no Brasil: pauta para a construção de um sistema nacional articulado de educação. *Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 21, n. 38, jul/dez 2012.

Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v21n38/v21n38a08.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

FOLETTTO, P. R.; TAVARES, S. M. N. Especificidades da Governança Universitária: alguns aspectos. In: *Gestão Universitária: Os Caminhos para a Excelência*. COLOMBO, Sônia Simões (org). Porto Alegre: Penso, 2013.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA – FAPESB. *Relatório de Atividades*. 2013. Disponível em: <[http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/Relatorio\\_gestao\\_Fapesb\\_2013\\_Portal.pdf](http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/Relatorio_gestao_Fapesb_2013_Portal.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Censo da Educação Superior*. 2013. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *Investimentos Públicos em Educação*. Informações Estatísticas. 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

LOPES, B.; AMARAL, J. N. (superv.); CALDAS, R. W. (coord.). *Políticas Públicas: conceitos e práticas*. Belo Horizonte: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE-MG), 2008. 48 p. Disponível em: <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%A9BLICAS.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.

LOUREIRO, M. A. S. *História das Universidades*. São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1986.

OLIVEN, A. C. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria S. A. (org.). *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002.

SANTOS, B. de S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHWARTZMANN, J. O financiamento do Ensino Superior no Brasil na década de 90. In: SOARES, Maria S. A. (org.). *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002.

TEIXEIRA, A. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.50, n. 111, jul./set. 1968. p.21-82. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/perspectiva.html>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS. *Plano de Desenvolvimento Institucional–PDI: 2011-2015*. Feira de Santana: UEFS, 2013. 139 p. Disponível em: <[http://www.uefs.br/portal/assessorias/asplan/menus/pdi-uefs/PDI%20Final.pdf/at\\_download/file](http://www.uefs.br/portal/assessorias/asplan/menus/pdi-uefs/PDI%20Final.pdf/at_download/file)>. Acesso em: 28 jul. 2015.

VELLOSO, J. Universidade na América Latina: rumos do financiamento. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 110, mai./ago. 2000. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n110/n110a02.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Recursos Próprios da UNB, o Financiamento das IFES e a Reforma da Educação Superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 91, maio/agosto 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a18v2691.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.